

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL 001/2013

PORTUGUÊS

01) Assinale a opção em que há **ERRO** na explicação da palavra destacada:

- a) heliofobia – horror à luz do sol.
- b) rinalgia – dor de nariz.
- c) etnologia – estudo das raças.
- d) xilografia – arte de gravar em pedra.

02) “Já era noite. Parecia viável **que todos entendessem** que, naquele momento, deviam-se lembrar **de que nada é eternamente assim**. Mas nada acontecia. A verdade é **que todos estavam extasiados** e certos **de que não há prazeres no mundo**”.

As orações destacadas são, respectivamente, subordinadas substantivas:

- a) subjetiva, subjetiva, subjetiva e completiva nominal.
- b) subjetiva, objetiva direta, subjetiva e completiva nominal.
- c) subjetiva, objetiva indireta, predicativa e completiva nominal.
- d) objetiva direta, subjetiva, predicativa e objetiva indireta.

03) Marque a opção que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas abaixo:

Daqui vinte quilômetros, o viajante encontrará, logo entrada do grande bosque, uma estátua que séculos foi erigida em homenagem deusa da floresta.

- a) há, a, à, a.
- b) a, à, há, à.
- c) à, há, à, à.
- d) a, à, à, à.

04) Assinale a oração em que o verbo **não** concorda em número e pessoa com o sujeito, ferindo os princípios da concordância.

- a) Exatamente irrealis, suas palavras só contem valores supérfluos.
- b) Faltam ainda alguns passos seguros para a aquisição de uma vida pacífica.
- c) Existem criações sensatas capazes de superar até as mais espantosas maldades.
- d) As desilusões que a perturbam hoje já passaram alguns dias comigo.

05) Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à pontuação.

- a) É certo, que um acordo, embora às vezes possa haver condições, não almejadas, pelas partes, torna-se, mais vantajoso após anos de litigância, do que a expectativa de uma decisão, desfavorável.
- b) É certo, que um acordo, embora, às vezes, possa haver, condições não almejadas pelas partes, torna-se, mais vantajoso, após anos de litigância, do que a expectativa de uma decisão desfavorável.
- c) É certo que um acordo, embora, às vezes, possa haver, condições não almejadas, pelas partes, torna-se mais vantajoso após anos de litigância do que a expectativa de uma decisão desfavorável.
- d) É certo que um acordo, embora, às vezes, possa haver condições não almejadas pelas partes, torna-se mais vantajoso, após anos de litigância, do que a expectativa de uma decisão desfavorável.

DIREITO

06) O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos, **EXCETO**:


- a) o Ministro da Justiça.
- b) os Ministros militares.
- c) Ministro de Estado da Defesa.
- d) os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

07) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, **EXCETO**:

- a) a soberania.
- b) a cidadania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

08) A pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

- a) Prescreve em cinco anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- b) Prescreve em dez anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano.
- c) Prescreve em dez anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- d) Prescreve em cinco anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento da autoria do dano.

- 09) Assinale a opção **CORRETA** a respeito do instituto do tombamento:
- a) Caso o tombamento importe em esvaziamento econômico do bem tombado, cria-se a obrigação de indenizar por parte do Estado.
 - b) O tombamento é um ato administrativo compulsório.
 - c) O tombamento é ato administrativo que se destina à proteção de bens imóveis, sendo inadequado para a proteção de bens móveis.
 - d) O tombamento impede a transmissão da propriedade do bem sobre o qual recaia.
- 10) É **CORRETO** afirmar que a desapropriação de imóvel urbano pelo descumprimento da função social da propriedade:
- a) é de competência exclusiva da União.
 - b) não requer pagamento de indenização.
 - c) só pode ocorrer em municípios com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes.
 - d) depende da existência de um Plano Diretor.
- 11) Tendo por fundamento a Lei 8.666/93 marque a opção **INCORRETA**.
Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- a) advertência.
 - b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.
- 12) Em ação penal para julgamento de crime de bigamia, a existência de ação civil relativa à validade do casamento, constitui:
- a) Questão prejudicial obrigatória heterogênea.
 - b) Questão prejudicial obrigatória homogênea.
 - c) Questão prejudicial facultativa mista.
 - d) Litispendência.
- 13) A competência fixada pela circunstância de duas ou mais pessoas serem acusadas pela mesma infração é determinada:
- a) Pela prevenção.
 - b) Por conexão.
 - c) Pela continência.
 - d) Pela natureza da infração.
- 



14) São pessoas jurídicas de direito privado, **EXCETO**:

- a) As associações.
- b) As sociedades.
- c) As organizações religiosas.
- d) As empresas individuais de responsabilidade ilimitada.

15) Acerca da teoria geral dos contratos, assinale a alternativa **FALSA**:


- a) Há casos em que o Código Civil vigente não exige que o distrato se faça pela mesma forma exigida para o contrato.
- b) O Código Civil vigente, no que se refere aos “contratos em geral”, contempla o princípio da função social do contrato.
- c) Ocorre “lesão” quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.

16) Tendo por fundamento a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) responda:
Poderá o juiz, quando necessário, adotar as seguintes medidas, **EXCETO**:

- a) encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.
- b) determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor.
- c) determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos.
- d) determinar a separação de corpos e o pagamento de pensão alimentícia.

17) Tendo por fundamento a Lei de Tóxico (Lei 11.343/06) responda:

Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas, **EXCETO**:

- a) advertência sobre os efeitos das drogas.
 - b) prestação de serviços à comunidade.
 - c) inclusão facultativa podendo ser obrigatória em instituto de tratamento para dependentes.
 - d) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- 

18) Marque a opção **INCORRETA**.

No âmbito do Juizado Especial (Lei 9.099/95) extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei:

- a) quando o réu deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- b) quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação.
- c) quando for reconhecida a incompetência territorial.
- d) quando sobrevier qualquer dos impedimentos previstos no art. 8º desta Lei.

19) Tendo por fundamento a Lei 5.478/68, que dispõe sobre a Ação de Alimentos, marque a opção **INCORRETA**.

- a) Da sentença caberá apelação no efeito devolutivo.
- b) A decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados.
- c) Na execução da sentença ou do acordo nas ações de alimentos será observado o disposto no artigo 734 e seu parágrafo único do Código de Processo Civil.
- d) Quando não for possível a efetivação executiva da sentença ou do acordo mediante desconto em folha, não poderão ser as prestações cobradas de alugueres de prédios ou de quaisquer outros rendimentos do devedor.

20) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas, **EXCETO**:

- a) as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
- b) as enumeradas no art. 295, inciso II, do Código de Processo Civil.
- c) a ação de despejo para uso próprio.
- d) as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo.

Corte aqui

OURO PRETO / MINAS GERAIS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL 001/2013

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

O gabarito oficial será divulgado no dia **05 de fevereiro de 2013**.

